

Economia Solidária: Por um Programa de Desenvolvimento Democrático e Socialista

Milton Pantaleão
Associação Empreendimentos Solidários Emrede
Fórum Brasileiro Economia Solidária – RS

Luciano Lima
Associação Trabalho Economia Solidária
Fórum Brasileiro Economia Solidária – RS

ECONOMIA SOLIDÁRIA: POR UM PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DEMOCRÁTICO E SOCIALISTA

ÍNDICE:

1. O Debate no Fórum Brasileiro de Economia Solidária.	03
2. As Mudanças na Sociedade Capitalista	04
3. A Alternativa da Economia Solidária	05
4. Por um Programa de Desenvolvimento Democrático e Socialista	07
5. Prioridade do Programa: Produção, Comercialização e Consumo	10
6. Bandeira de Apoio: Finanças Solidárias	12
7. Bandeira de Apoio: Marco Legal da Economia Solidária	13
8. Bandeira de Apoio: Formação	14
9. Por um Fórum Brasileiro de Economia Solidária Democrático, Participativo, Representativo e Combativo ao Lado das/os trabalhadoras/es	15

1. O Debate no Fórum Brasileiro de Economia Solidária

A preparação da IV Plenária Nacional de Economia Solidária possibilita aprofundar o debate sobre as oportunidades e desafios abertos frente à crise vivida pelas/os trabalhadoras/es no mundo do trabalho e na sociedade capitalista. Em um cenário de dificuldades para quem vive do trabalho, a Economia Solidária tem se apresentado como alternativa e esperança para milhões de brasileiras/os objetivando sua inserção produtiva e social. Além disso, tem criado as condições para novas práticas sociais, econômicas, políticas e culturais. A agenda da IV Plenária, proposta pela Coordenação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), propicia avaliar nossa construção enquanto movimento social e definir os rumos e propostas para a Economia Solidária. Este presente documento se propõe a contribuir com o debate, apresentando posições conceituais que apontam para uma orientação política sobre as tarefas do movimento neste próximo período, tendo como referência os textos base do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, a saber, “Rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária”, de agosto de 2007, e “Caderno de aprofundamento aos debates”, de novembro de 2007.

O que destacamos, de início, é a inserção da Economia Solidária em um processo social de mudanças no capitalismo e na própria organização do mundo do trabalho. E os acontecimentos em nosso movimento interagem permanentemente com a realidade social e dela fazem parte. Quando discutimos as concepções e propostas, essas devem estar articuladas com esse processo social. Nossa proposição é contribuir na construção de uma estratégia que organize a Economia Solidária para a práxis do processo social em curso, em aliança com segmentos sociais que estão em uma mesma perspectiva de transformação social.

Estamos afirmando a necessidade de um *programa de desenvolvimento democrático e socialista*, que aponte para a construção de uma nova sociedade. A construção do programa combina-se com o aprofundamento da inserção econômica orientada por uma prioridade: a *produção/comercialização/consumo*. As redes e cadeias produtivas são importantes instrumentos aglutinadores de organização econômica para a disputa da produção e distribuição dos bens, serviços e conhecimentos necessários para a sociedade. Em apoio à prioridade, temos as finanças solidárias, o marco legal e a formação como bandeiras de apoio. Como temas transversais do programa, inserem-se as questões de gênero, da ecologia, da etnia/raça, juventude e da orientação sexual. A Economia Solidária deve contribuir na construção, em alianças sociais, de uma alternativa, ao mesmo tempo com força política e força econômica, em processo de transformação do modelo capitalista em que vivemos.

Por fim, defendemos a Economia Solidária como um *movimento social de dupla face, econômica e política*, em que o Fórum Brasileiro, junto com os fóruns estaduais e locais, seja instrumento de organização e mobilização deste movimento. Deve buscar a inclusão de todos os segmentos construtores da Economia Solidária. Sendo um espaço de constituição da unidade e ação política, e da capacitação para as articulações nas esferas econômicas. Pode contribuir decisivamente na formação de um programa e no impulsionamento do movimento social.

2. As Mudanças na Sociedade Capitalista

Vivemos em uma sociedade cujo modo hegemônico de produção é o capitalista. O seu atual estágio de desenvolvimento, no Brasil e no mundo, é resultado de mudanças significativas no mundo do trabalho e da produção, e na organização do Estado e da sociedade. Ocorridas a partir dos anos 1980 e 1990, as mudanças engendram, também, outras formas de produção no interior deste sistema, que, mesmo não sendo majoritárias, como a Economia Solidária, vêm crescendo na esteira da crise de sustentabilidade do próprio sistema hegemônico. Na situação anterior, nos chamados “anos dourados” após a II Guerra Mundial, as classes empresariais experimentaram grandes lucros e concentração de renda, em um modelo que tinha como base um Estado interventor e desenvolvimentista, atuante em uma economia regulamentada. A produção e o consumo eram de massa, baseados no emprego formal e nas garantias sociais públicas em larga escala. Esse modelo entrou em crise, no final do século XX, com períodos recessivos e significativas quedas nas taxas de lucro. Os responsabilizados por essa perda de ganhos do setor empresarial foram os salários, as aposentadorias, os direitos sociais, o gasto público e a organização sindical e social.

Com o objetivo de retomar o nível dos ganhos na forma de lucro, a saída para a crise encontrada pelas elites resultou em maiores sacrifícios e exclusão para aquelas/es que vivem do trabalho. Assim como já aconteceu em outros momentos de crise no sistema capitalista, as classes dominantes aprofundam a exploração do trabalho como forma de retomada da acumulação de riquezas e crescimento. Desta forma, as últimas décadas do séc. XX passaram a vivenciar uma reestruturação produtiva, com inovações tecnológicas e organizacionais, e a implantação da ideologia e do Estado neoliberal.

A reestruturação produtiva, com inovações tecnológicas e organizacionais, tem por objetivo a flexibilização da produção e da organização da força de trabalho. O emprego formal cada vez mais é substituído pela precarização, através do subemprego, do trabalho parcial, doméstico, informal, terceirizado e autônomo. Esta precarização desenvolve-se em meio a um desemprego estrutural e uma exclusão social sem precedentes. Ocorre, também, a flexibilização dos direitos trabalhistas. Assim, reduzem os custos da força de trabalho e, ao mesmo tempo, enfraquecem a sua organização e capacidade de resistência. Caracteriza-se, dessa forma, um novo mundo do trabalho flexível e heterogêneo, com experiências fordistas e pós-fordistas, formais e informais, de inclusão e exclusão.

O neoliberalismo está combinado com as mudanças produtivas na medida em que o Estado, responsável pelas políticas públicas e garantias sociais mínimas do cidadão, é duramente atacado e substituído por uma política de *estado mínimo*. Neste ambiente, pagar impostos, retribuição social ao uso de bem comum, passou a ser crime! Assim, a previdência social, a saúde, a segurança, a educação, a habitação e tantas outras políticas públicas foram ainda mais precarizadas e privatizadas. Esta lógica serve aos interesses da redução de custos do capital e, ao mesmo tempo, de transformar os espaços de direitos públicos em novas estratégias de mercados privados lucrativos.

A onda neoliberal possui um forte conteúdo ideológico, com a busca da sedimentação do individualismo, do egoísmo e da competição como instrumentos de convivência social. Resta um cenário muito difícil para as/os trabalhadoras/es. Afora uma pequena parcela de bons salários formais, a maioria está em outra situação: no emprego formal com salários achatados e superexploração; ou sob a insegurança no trabalho precarizado informal; ou, ainda, desempregada, vivendo, todas/os, uma situação de

precarização social, sem direitos e garantias sociais e, principalmente, sem perspectivas. É neste cenário de crise que emergem com força, desde a década de 1990, diversas formas de resistência dos trabalhadores. Em meio às/os trabalhadoras/es agravados por este novo período social, de acumulação flexível capitalista, a Economia Solidária tem crescido de forma consistente no Brasil e no mundo. Experiências de múltiplas formas de associativismo, cooperativismo e grupos autogestionários, objetivando gerar trabalho e renda, têm servido, na esteira da inserção social e profissional, para a construção de novos valores e práticas sociais que realizam uma crítica profunda à sociedade capitalista. Assim, milhões de homens e mulheres vivenciam um processo de reflexão coletiva sobre outra economia e outra sociedade, que tenham como centro o ser humano e o bem comum. Essas práticas e reflexões, além da aprofundarem uma crítica, abrem espaço para o debate de *projetos* de uma outra sociedade.

3. A Alternativa da Economia Solidária

A organização do trabalho com base na autogestão, na democracia participativa, na retomada da visão total do/a trabalhador/a (concepção e execução), e a produção de valores de uso não fetichizados, compõem a lógica da Economia Solidária (socialista), sendo a sua práxis uma alternativa viável para contribuir na superação do sistema hegemônico e na construção de uma sociedade socialista. Essa forma de organização e gestão das relações de trabalho e de produção já acontece de forma incipiente e em constante construção coletiva.

A experiência prática dos/as militantes da Economia Solidária, e os resultados apresentados no Atlas da Economia Solidária no Brasil – 2005 (Senaes, MTE), realizado em conjunto pela Senaes e entidades de apoio, indicam que, em meio a este novo mundo do trabalho, a Economia Solidária prospera na junção de esforços que envolvem empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e gestores públicos. Embora seguidamente ocorram conflitos e problemas no relacionamento, esta construção coletiva tem se mostrado importante na articulação conjunta de conhecimentos, capacidades e espaços, constituindo, assim, um perfil de movimento social com dimensões econômica e política. Em grande parte, essa atuação ocorre nos segmentos mais atingidos pela reestruturação produtiva e pelas políticas neoliberais, constituindo-se nos setores mais fragilizados produtiva e socialmente.

Os empreendimentos econômicos solidários reúnem as/os trabalhadoras/es que constituem o núcleo de produção, seja em que segmento for – agrícola, industrial, serviços –, capaz de por via da autogestão, participar da concepção e produção de bens necessários e desejados pela sociedade. Aqui reside uma dupla questão central. A Economia Solidária, para constituir-se como alternativa social, necessita, por um lado, viabilizar a inserção produtiva e social das/os trabalhadoras/as. E, por outro lado, apresentar-se para a sociedade como capaz de produzir os bens materiais e imateriais necessários.

É fundamental que a Economia Solidária seja orientada por um programa que a capacite implantar os seus princípios e métodos nos processos reais e concretos de produção econômica da sociedade. Os empreendimentos econômicos solidários devem ser apoiados, além da formação política socialista e autogestionária, na capacitação produtiva e na inserção em redes e cadeias produtivas com fomento de políticas públicas. A experiência de assumir coletiva e democraticamente a autogestão do empreendimento

solidário, das redes e dos fóruns concretiza-se em escola de práxis para as/os trabalhadoras e todas/os aquelas/es que participarem do processo. Nos empreendimentos econômicos solidários, nas redes e nos fóruns se realiza a prática e a formação política para a construção de uma ideologia e uma outra sociedade socialista.

As entidades de apoio, que realizam formação, planejamento, assessoria, fomento e inclusive algumas já participando da produção, geralmente são ONG's, Oscip's, universidades, fundações, sindicatos e Igrejas. Trazem consigo conhecimento, experiência e a opção política pela luta social. Esse é o contraponto fundamental que as entidades de apoio incorporam na Economia Solidária e que possibilitam fazer dela um projeto estratégico e social de transformação. Essas entidades são originárias de outros movimentos sociais, em especial o sindical e o popular, estabelecendo uma ponte de ligação com as experiências de resistência associativa e cooperativa geradas no mundo do trabalho. As entidades de apoio são essenciais para a Economia Solidária, e demonstrarão sua importância tanto quanto forem capazes de qualificarem-se na dupla tarefa de aprofundar a inserção econômica e produtiva dos empreendimentos econômicos solidários e das redes, por um lado. Por outro, desenvolver a formação em autogestão e para a mudança social.

Os gestores públicos que atuam na elaboração e execução de ações na Economia Solidária já se encontram, hoje, no Brasil, nas prefeituras, em governos estaduais e no governo federal. Inicialmente com a conquista de espaço através de governos populares, já se faz sentir uma pressão social por políticas públicas para a *outra economia*. Não podemos reduzir essas instâncias estatais a balcões para reivindicar. Nosso projeto exige uma perspectiva estratégica. Compreendemos que os gestores públicos têm como principal função articularem-se com o movimento da Economia Solidária – nos fóruns e redes – para a construção de uma política pública de interesse das/os trabalhadoras. Essa política pública precisa fomentar amplos setores produtivos com apoio de recursos públicos. O consumo público, que chega a atingir até 40% do mercado, significa importante alavanca para o fomento produtivo. Além do que, a capacidade de indução econômica do Estado, com uma *política de mercado socialmente orientada*, pode contribuir para alterar a qualidade e o peso da Economia Solidária na economia nacional.

A Economia Solidária vive em um espaço de conflito permanente com as relações sociais capitalistas, tanto considerando o mundo do trabalho como o mercado. E deve disputar estes espaços como alternativa de produção e consumo do que é necessário para a sociedade. No contraponto com a gestão capitalista, e pensando elementos dessa escola da práxis para uma nova sociedade, a gestão Economia Solidária tem dela se diferenciado. Destacamos os seguintes aspectos:

Meios de produção – máquinas, equipamentos, locais de produção e demais infra-estruturas e capitais são de propriedade ou posse das/os trabalhadoras/es. Constitui, desta forma, um passo para a apropriação do trabalho pelo coletivo de produção e a construção de uma nova cooperação e uma nova solidariedade.

Resultados – os resultados obtidos, materiais e financeiros, devem ter sua destinação democraticamente discutidas e controlados pelas/os trabalhadoras/es e seu empreendimento solidário. Assim, temos uma ruptura com a dinâmica capitalista contribuindo na construção de uma nova cultura e uma nova apropriação dos bens materiais.

Autogestão – a heterogestão (capitalista) é superada pela construção da gestão das/os próprias/os trabalhadoras/os. Caminhada para a superação da divisão do trabalho intelectual/manual, diversificação de atividades e responsabilidades. Formação de compromissos coletivos e democráticos e superação de gestão autoritária. Construção de

uma nova base emancipada, a partir do exercício da democracia participativa.

Luta por uma nova sociedade – formação de uma capacidade crítica e visão de mundo transformadora, a partir da dupla ação da atividade econômica do empreendimento e da atividade política de construção do movimento social da Economia Solidária. Apresentam-se temas como a relação capital/trabalho, direitos, a questão de gênero, de etnia/raça, juventude e de orientação sexual. As duas ações articuladas na construção da luta por uma nova sociedade. Ampliação da militância política do universo do mundo do trabalho para a sociedade.

Esses elementos da Economia Solidária estabelecem contrapontos com o capitalismo e com a raiz da atual organização social. Hoje, pelos números do Atlas, que ainda não abarcam todas as experiências, são mais de dois milhões de trabalhadoras/es que já os praticam. Isso em nada aponta para um caminho linear e crescente na busca da nova sociedade. Longe disso! O que se trata é de sistematizar, cada vez mais, um programa de ação comum e construir uma rede de alianças sociais e políticas com amplos segmentos que estão em contradição com a dinâmica capitalista. A Economia Solidária deve estabelecer parcerias estratégicas com os/as construtores/as de uma sociedade socialista.

4. Por um Programa de Desenvolvimento Democrático e Socialista

Temos um mundo do trabalho heterogêneo, fragmentado e precarizado, em que o capitalismo não atende nem realiza as necessidades e desejos de boa parte das/os trabalhadoras/es. Entre as diversas estratégias e lutas de resistências, organiza-se a Economia Solidária, com a participação ativa de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e gestores públicos que, relacionando-se entre si, costuram uma experiência potencialmente revolucionária e transformadora da sociedade. Assim se caracteriza em função dos princípios de práticas, explicitamente anticapitalistas, e proponentes de um *mutualismo socializante*, baseado no bem comum tendo o ser humano como principalidade.

É ainda marginal a presença da Economia Solidária nesse cenário de alta competitividade e de trabalho precarizado. A experiência e o espaço econômico acumulados são reduzidos, embora já apresente significativa diversidade e desenvolvimento tecnológico. As políticas públicas ainda são tímidas e não existe um marco legal compatível. Os níveis produtivos são iniciais em diversos setores, boa parte em um estágio de manufatura ou artesanal. E a capacidade em autogestão muito limitada pela cultura da subordinação assalariada. Organizar outra economia, com novos papéis, tem se mostrado um grande desafio. Superar a equação privada *capitalista – trabalhador*, por uma equação pública *trabalhadoras/es autogestionários – assessorias de apoio – gestores públicos* implica em novas relações não-capitalistas contrárias à hegemonia existente na sociedade. Esse processo é ao mesmo tempo um aprendizado e uma criação.

Assim, destacam-se *duas tarefas estratégicas* para os rumos da Economia Solidária que devem estar estruturalmente articuladas entre si. Uma tarefa é criar as condições para o enraizamento e diversificação produtiva e econômica da Economia Solidária. A outra tarefa é que esse enraizamento e diversificação produtiva devem se dar

orientados por um nítido programa de desenvolvimento que aponte para o que sociedade quer e possibilite um leque de alianças sociais com os parceiros estratégicos.

Com frequência estabelecemos uma relação passiva com a atividade econômica. Nossos movimentos tendem a ser espontâneos e de respostas a demandas geradas fora de nossas ações. Apoiamos o que já se formou ou que já existe. Poderíamos afirmar que estamos em um estágio de *acumulação primitiva* da Economia Solidária em que nos destacamos pela capacidade de articulação política, mas ficamos devendo nas nossas iniciativas produtivas. Tomemos como exemplo a crise dos calçados. A invasão de produtos orientais gerou a quebra de empresas calçadistas. Ficamos contentes e orgulhosos com algumas experiências de cooperativas de calçados que surgiram em resistência à crise. Hoje, várias delas estão sofrendo para se manter, embora muitos brasileiros comprem sapatos, ou até nem tenham acesso a esse bem de consumo. Porém, não construímos uma política pública eficiente para viabilizar um segmento de Economia Solidária calçadista. Nem metodologias capacitantes para desenvolver a autogestão no setor. Nossa articulação com os sindicatos foi frágil e localizada. Nosso programa econômico para o setor não se desenvolveu. Como exemplo, poderíamos propor que o *público do Programa Bolsa-família tivesse direito a um par de sapatos produzidos pela Economia Solidária*. Da mesma forma, outros produtos de primeira necessidade, hoje produzidos por corporações multinacionais, como materiais de higiene, limpeza, confecção entre outros, que a partir da produção em escala para atender estes segmentos específicos, já constituiria uma enorme demanda de produção. A Bolsa-família forma um *mercado socialmente orientado* capaz de dar um grande impulso para a Economia Solidária, sendo o recurso público muito bem empregado e multiplicado. A nossa organização econômica com o objetivo de produzir para a sociedade passa a ser fundamental para o crescimento e sustentabilidade da Economia Solidária. Nesse sentido, no debate proposto para a IV Plenária Nacional, torna-se necessário que o eixo de *produção, comercialização e consumo* passe a ser estruturante da ação e do programa da Economia Solidária.

Um programa para a Economia Solidária deve articular as ações de forma que possamos planejar a inserção e a disputa nas diferentes cadeias produtivas existentes e construir novas. Para tanto necessita conectar seus diferentes atores – empreendimentos solidários, entidades de apoio e gestores públicos – em um processo autogestionário e produtivo. Esta conexão procura romper o isolamento produtivo e social do empreendimento solidário. As *redes produtivas de Economia Solidária* ou organizações similares contribuem positivamente para estas conexões, envolvendo empreendimentos e entidades no processo produtivo. Além disso, esse programa deve propor as alianças e parcerias na sociedade na busca de constituir fortalezas e casamatas de produção de bens, serviços e conhecimento necessários e desejados para a sociedade capazes de disputar com as empresas capitalistas.

Os *empreendimentos solidários* têm pela frente a necessidade de ampliar sua capacidade econômica e produtiva. Isto passa por formação técnica, investimento tecnológico e qualificação na linha de produção. Essa capacidade produtiva deve estar associada à superação da cultura assalariada, a democratização do poder e o aprofundamento da autogestão. Em meio à produção e à autogestão, as/os trabalhadores devem debater a Economia Solidária, as questões do movimento e a necessidade de transformação para uma nova sociedade, em um processo de formação. Este debate político articula-se com o engajamento nas instâncias políticas de organização do movimento, fundamentais para a construção do empreendimento solidário.

As entidades de apoio precisam se qualificar para a inserção produtiva combinada com as tarefas de formação. Originárias de uma atuação fundada em uma combinação de

formação/reivindicação, característica tanto do movimento sindical como popular de anos anteriores, elas necessitam construir um novo modelo de atuação baseado em um tripé formação/produção/reivindicação. Isto significa que a tradição de luta social e formação deve ser recriada para as necessidades e desafios próprios da Economia Solidária, movimento que ao mesmo tempo possui dimensões econômica e política, sendo delas autogestionário. A implicação para as entidades de apoio está na qualificação dos quadros e das propostas, na atualização programática e na capacidade de articulação e sustentabilidade. A construção de um programa passa muito pela contribuição das entidades de apoio. Essa renovação nas metodologias de atuação está imbricada com as atualizações teóricas e programáticas na construção de um programa para a Economia Solidária.

Os gestores públicos têm como tarefa a construção de políticas públicas e disputa de recursos públicos, indução e fomento estatal para atividades produtivas e de consumo voltadas para a Economia Solidária, envolvendo investimentos em formação e assessoria. Essas atividades organizam-se por segmentos e cadeias produtivas, nichos de mercados, articulações corporativas e várias outras formas constituídas ao longo do tempo. Nos fóruns e redes devem ser estabelecidos os planejamentos, alianças e articulações para atuar nessa disputa político-econômica que envolve o Estado e a atividade econômica. A dimensão pública também envolve a formação de instâncias de elaboração, controle e fiscalização social, como o Conselho de Economia Solidária, que devem ser incentivados em todas as instâncias públicas, bem como processos de orçamentos participativos.

A questão central, na construção desse programa de desenvolvimento, é o fato de a Economia Solidária ser construída em uma sociedade sob a hegemonia do modo de produção capitalista e estar em constante contradição com o sistema. A articulação entre empreendimentos e redes solidárias, entidades de apoio e políticas públicas torna-se fundamental na construção de uma ação alternativa capaz de solidificar uma possibilidade real de produção e consumo para o conjunto da sociedade. As/os trabalhadoras/es, atuando de forma articulada como contra-hegemonia do sistema, podem disputar as cadeias produtivas e construir novas, sob os princípios da cooperação, da autogestão e da solidariedade.

Este programa de desenvolvimento necessita expressar-se na *esfera econômica*, através de um movimento econômico, com ações e redes que visem aglutinar forças produtivas, agregar tecnologias, conhecimentos e valor, e conquistar relações de consumo capaz de alavancar a Economia Solidária, passando de um estágio marginal para uma condição econômica de força social.

Esse mesmo Programa deve expressar-se na *esfera política*, com a organização de um movimento social com capacidade de interlocução e disputa política no Estado e na sociedade. Nessa interlocução e disputa é necessário obter as conquistas materiais para as estratégias econômicas e, além de tudo, estabelecer novas relações políticas baseadas na cooperação, na autogestão e na solidariedade.

Embora sejam variados os formatos assumidos por empreendimentos solidários e redes de Economia Solidária, alguns princípios já são consistentemente elaborados e praticados de forma comum. Estes princípios começam a definir um perfil da Economia Solidária não-capitalista e participante do projeto de construção de uma nova sociedade incorporando ideais socialistas. A propriedade ou posse dos meios de produção é das/os trabalhadoras/es. Seu uso é de livre organização, viabilizando a auto-organização da produção, bem como os ganhos relativos ao uso tecnológico são apropriados por quem neles trabalham. A forma de gestão é autogestionária. Este é a grande escola das/os trabalhadoras/es em que, no mesmo tempo da aprendizagem da atividade econômica,

ocorre à práxis – como prática e conhecimento – das relações horizontais na democratização do poder da gestão. A partilha dos resultados é decidida por quem trabalha, sendo estas/es que se apropriam dos excedentes da produção. As/os trabalhadoras/es através de seus empreendimentos solidários estabelecem novos tipos de cooperação e solidariedade com a comunidade em que está inserida.

A história do socialismo foi muito castigada. Em primeiro lugar, pela propaganda capitalista. Em segundo lugar, pela experiência do Leste Europeu. Porém, esta experiência caracterizou-se pelo autoritarismo e pelas relações estatais de produção. Já o capitalismo, não podemos imaginar como pode ter dado certo?! Fome, miséria, desigualdade, desastre ambiental, violência, racismo, opressão... Já na prática e nos princípios e propostas da Economia Solidária vemos as aspirações e pretensões humanitárias e igualitárias dos socialistas, tanto utópicos como científicos. E resgata uma idéia fundamental no processo de construção do sujeito revolucionário de nossa época: a autogestão, com sua prática capaz de contribuir na superação da alienação capitalista. Em nosso entendimento, a Economia Solidária está colaborando na reinvenção do socialismo, como oposto da sociedade capitalista. Onde o social e humano deve ser o centro de uma sociedade sem exploradores e explorados, na busca da construção de uma relação harmônica e sustentável entre produtores e consumidores livremente associados. Um *socialismo solidário, democrático e autogestionário*.

Para a construção do Programa de Desenvolvimento Democrático e Socialista, a Economia Solidária precisa aliar-se com os segmentos combativos da luta social e que possuem uma perspectiva transformadora. A Economia Solidária, por si só, não é a nova sociedade. É a atual escola das/os trabalhadoras/es de construção das novas práticas e das novas ideologias. Devemos construir nosso rumo, com nossos aliados sociais, na construção de uma nova sociedade. As/os trabalhadores da cidade e do campo, os movimentos sociais, e as pequenas atividades econômicas são nossos potenciais aliados na construção de um programa que contribua na democratização das relações econômicas, das relações sociais de produção e das cadeias produtivas. Esses aliados constituem com a Economia Solidária a frente de luta política para viabilizar as mudanças sociais.

5. Prioridade do Programa: Produção, Comercialização e Consumo

A prioridade do eixo *produção, comercialização e consumo* se estabelece pela necessidade de enraizamento produtivo da Economia Solidária. Esta mostrou a que veio quando se propôs a combinar produção com autogestão e propriedade das/os trabalhadoras/es. Assim, colocou-se como uma alternativa social ao capitalismo. A questão posta, agora, é a demonstração de sua viabilidade social para a massa trabalhadora, por um lado, e por outro, construir sua consistência como possibilidade de modo de produção global para toda a sociedade. O desafio, portanto, da disseminação, ampliação e diversificação da Economia Solidária é irreversível e decisivo para a sua vitória e manutenção.

A dinâmica produtiva do capitalismo flexível, já descrita anteriormente, implica em mudanças significativas. O que antes era basicamente concentrado entre quatro paredes nas fábricas, ou seja, a demanda e a produção, hoje estão espalhadas e articuladas por diversas unidades em territórios. Além disso, sua flexibilidade está combinada com as movimentações de mercado, sendo, portando mais variáveis e instáveis. Esse quadro aponta para uma grande concentração de poder nos “comandos de rede” – as grandes corporações. Porém, acabam ocorrendo muitos interstícios – “falhas” – nessas teias produtivas, causando crises, próprias do sistema capitalista, em diversas cadeias produtivas. Em alguns segmentos da Economia Solidária percebe-se uma tendência para a defesa de redes fechadas que se isolam, em uma perspectiva de que, com sua simples expansão possibilitariam substituir a sociedade existente e o sistema capitalista. Este é uma perspectiva de curto fôlego. O espaço aberto por essas “falhas” podem se atomizar com estas experiências, e também com empreendimentos solidários jogados à própria sorte, sujeitados às forças empresariais de mercado. A Economia Solidária tem na combinação de trabalho produtivo com as “falhas” capitalistas os elementos potentes de construção de força e conversão produtiva solidária. Essa construção tem por norte a disputa com forças empresariais capitalistas na produção de bens e conhecimentos necessários à sociedade. Para tanto, deve articular-se, através de cadeias e redes produtivas, com políticas públicas e alianças sociais.

A prioridade da *produção, comercialização e consumo* deve introduzir uma nova cultura em nossas instâncias coletivas, que tende a organizar-se apenas segundo critérios geopolíticos – região, segmento. Precisamos nos organizar, também, segundo critérios geopolítico/econômicos. Isto implica em aprofundar a discussão iniciada no I Encontro Nacional de Empreendimentos Solidários que identificou 16 setores produtivos na Economia Solidária. Já se apresenta, dessa forma, uma importante diversidade produtiva. Porém, deve ser mais criteriosamente aprofundado uma segmentação econômica que permita a instalação de *Câmaras Setoriais Solidárias* – CSS, capazes de construir diagnósticos, elaborar e orientar a implantação de programas de desenvolvimento setoriais. As CSS devem ser compostas pelos segmentos – empreendimentos solidários, entidades de apoio, gestores públicos – e por aliados sociais importantes nessa construção específica.

As Câmaras Setoriais Solidárias elaboram de forma participativa o diagnóstico setorial identificando as potencialidades produtivas. Este será o *mapa da produção*, isto é, a orientação estratégica para a formação do Programa de Desenvolvimento, a articulação produtiva e a qualificação técnica dos empreendimentos solidários e das entidades de apoio, e a orientação dos gestores públicos para aplicação dos recursos e da política pública.

Uma orientação política fundamental dessa articulação é a constituição de *mercados socialmente orientados*, a partir da combinação de potencialidades produtivas e formação de alianças sociais baseadas no Programa de Desenvolvimento Democrático e Socialista. Formam parte ativa destes mercados socialmente orientados as compras e consumo públicos e os investimentos sociais realizados pelas diferentes esferas estatais. Também compõem potencial importante de realização econômica as demandas de entidades sindicais, associativas, comunitárias e voltadas para processos sociais. As universidades, escolas, instituições e entidades religiosas e ecumênicas ampliam um mercado de consumo geralmente atendido por empresas capitalistas. Os próprios empreendimentos solidários geram uma demanda para sua produção que contribui para uma marca que oriente essa política. Os mercados socialmente orientados servem como uma bandeira de orientação e organização econômica das demandas e, ao mesmo tempo, propicia o debate ideológico na sociedade. O centro da orientação desses

mercados não mais é a geração de lucro capitalista, mas a geração de trabalho, riqueza socialmente apropriada e inclusão social.

A constituição dos *Programas de Desenvolvimento Setoriais* implica no esforço político concentrado na organização, formação, fomento, assessoria e sustentabilidade de *Redes de Economia Solidárias* voltadas para o processo produtivo, de comercialização e de consumo. Essas Redes de Economia Solidária buscam a inserção nas cadeias produtivas de acordo com as políticas e o Programa de Desenvolvimento das CSS. As redes e cadeias produtivas articulam empreendimentos solidários, entidades de apoio e gestores públicos para a oferta da atividade econômica. As Câmaras Setoriais Solidárias organizam as demandas identificadas e construídas em mercados socialmente orientados.

Assim como se aponta um processo de planejamento democrático da produção, comercialização e consumo a partir das potencialidades produtivas, essa mesma orientação política cabe para as ações de produção, comercialização e consumo, ditadas pelo conceito e princípios da Economia Solidária, que surgem de forma espontânea. Sua inclusão econômica em processos social e politicamente articulados significa um passo importante na incorporação de um projeto de transformação social. Assim, as feiras, as redes de trocas, as moedas sociais, os centros de comercialização e demais instrumentos de fomento econômico devem passar a compor uma política econômica dos CSS com objetivos gerais e específicos a serem conquistados.

O Programa de Desenvolvimento Democrático e Socialista orienta a prioridade produção, comercialização e consumo. Esta prioridade tem como bandeiras de apoio para a sua implantação as finanças solidárias, o marco legal e a formação da Economia Solidária.

6. Bandeira de apoio: Finanças Solidárias

O estágio atual do capitalismo é dominado pelas altas finanças. Significa que sequer a esfera produtiva do capital é que comanda o processo de acumulação. Embora sejam os capitais produtivos os responsáveis por explorar diretamente o trabalho e deste extrair os valores que se convertem na riqueza material, é o capital financeiro que comanda o processo e se apropria da maior parte da renda. A produção está subordinada às finanças. Pequenos e médios capitais repassam parte do que acumulam para os rentistas, donos das fortunas financeiras. Até mesmo as grandes corporações se submetem à lógica de valorização improdutiva do capital. E os mecanismos financeiros são infinitamente mais sofisticados que as conhecidas operações bancárias.

Este cenário exige movimentos estratégicos para a Economia Solidária enfrentar as lógicas capitalistas e suas relações financeirizadas. Bandeiras estratégicas para constituir um novo sistema, que suplante a lógica capitalista, na construção de um Programa de Desenvolvimento Democrático e Socialista. Bandeiras táticas para criar e difundir mecanismos imediatos de financiamento da prioridade produção, comercialização e consumo.

As bandeiras estratégicas na construção do Programa de Desenvolvimento devem formular e pautar um novo sistema de finanças com pressupostos e objetivos distintos do capitalista. Significa constituir uma institucionalidade própria para instituições de microcrédito, moedas locais, fundos, instituições financeiras e bancárias, voltada única e

exclusivamente para financiar meios de produção, produção e comercialização da Economia Solidária. Significa expurgar deste sistema agentes que busquem ganhos puramente financeiros, através de taxas de juros que retirem e se apropriam das rendas daqueles que produzem. Na prática, é limitar o conceito de juro (pode-se até atribuir outro nome) aos recursos suficientes para cobrir os custos operacionais do sistema de finanças da Economia Solidária. Neste arcabouço, que deve ser nacional, devem ser contempladas todas as formas de finanças solidárias: microcrédito, moedas locais, fundos, bancos e outros. Todas estas formas, sem participação de rentistas (aqueles que são donos de fortunas e procuram ampliá-las de qualquer forma). Formas, cuja propriedade seja das/os trabalhadoras/es, das comunidades locais ou pública. E, sobretudo, que estejam sob o controle social.

É fundamental a participação da poupança pública, que pertence ao povo brasileiro, que por este foi gerada e que ao longo de nossa história só serviu para financiar a formação de capitalistas nacionais e até multinacionais. Mais do que isto, durante todo o período de industrialização coube ao Estado brasileiro, e à poupança do povo, além de financiar, também assumir os riscos e depois pagar a conta nos períodos de crise. Já os capitalistas se beneficiaram da expansão, mas não assumiram os endividamentos decorrentes.

Saliente-se, que a poupança prévia (primeiro acumular) não é condição necessária para a expansão das economias e das finanças solidárias. Este sistema de finanças deve assentar-se, sobretudo no mecanismo do crédito, que garanta a produção e, depois, com sua realização, devolva os recursos tomados inicialmente.

Portanto, esta concepção estratégica exige um mecanismo público que cumpra a função tradicional do controle monetário, mas que esteja unicamente direcionada à produção do trabalho e reprodução da vida, controlada socialmente e voltada para a consolidação de esferas econômicas não-capitalistas.

Quanto às bandeiras táticas de sustentação das políticas das Câmaras Setoriais Solidária – CSS, é necessário lutar para que tanto as instituições existentes se adaptem às necessidades da Economia Solidária, inclusive com a aceitação do chamado “risco”, ou com mecanismos garantidores, além de taxas de juros adequadas, mesmo que subsidiadas. Expandir todas as formas de Instituições Comunitárias de Microcrédito, fundos locais (com recursos públicos), moedas sociais e mecanismos circulantes alternativos deve fazer parte da luta imediata. É importante que estes mecanismos estejam ao máximo vinculados às comunidades locais. Tornando-se assim, mecanismos de participação popular, de discussão sobre a economia local, sobre o desenvolvimento democrático e socialista, e, portanto, de empoderamento do povo sobre a economia.

7. Bandeira de Apoio: Marco Legal da Economia Solidária

O debate acerca do marco jurídico da Economia Solidária tem girado em torno da Lei Geral do Cooperativismo (574/1971) e os projetos que a reformulam, que estão tramitando no Senado. Além disso, discute-se sobre o projeto de lei 7009 que pretende regular as chamadas “cooperativas de trabalho”. As questões centrais debatidas no âmbito destas legislações e propostas são a unicidade de representação, o número mínimo de associados e a incidência de pressupostos mínimos de direitos a serem garantidos aos sócios, tendo como referência a CLT.

Entendemos que o cooperativismo no Brasil teve seus princípios degenerados e que a atual legislação não reflete as necessidades do segmento econômico da Economia Solidária. Seria, portanto, necessário impor uma série de modificações na atual legislação cooperativista. No entanto, a correlação de forças no Congresso Nacional e na sociedade é amplamente desfavorável. O enfrentamento com a OCB tem se mostrado infrutífero e fadado a derrota. Ao mesmo tempo, o movimento da Economia Solidária não consegue propor algo objetivo, restringindo-se a girar em torno de questões legais inseridas na legislação cooperativista.

A Economia Solidária, como forma de organização coletiva de produção, comercialização e consumo, tem surgido mais significativamente nas últimas duas décadas. A forma de gestão dos empreendimentos de ES a aproximam do cooperativismo autêntico, mas, a unificação dos princípios organizativos da ES com a legislação do cooperativismo é, em curto prazo, muito improvável.

Como novo setor econômico, a ES se choca com a legislação vigente, e deve procurar formas de produção legislativa que viabilizem seu exercício. Buscar essas formas privilegiando o conflito com setores econômicos mais fortes e influentes não se apresenta como a melhor tática.

Frente a isso propomos que o movimento da ES busque uma adequação legal própria. Sem confrontar-se com a legislação cooperativista, proponha uma nova forma de empresa coletiva, com tributação e sistema de apoio para formação e capacitação própria. A constituição de um tipo específico de Empresa da Economia Solidária poderia vir no âmbito do estatuto da ES.

A disputa do significado do cooperativismo não pode ter seu centro na disputa pelo seu signo (nome). É preciso constituir uma forma legal para a ES, que fortaleça a viabilidade de seus empreendimentos. Somente com o vigor de um movimento formado por empreendimentos sólidos e reconhecidos socialmente poderemos disputar a constituição de leis e benefícios com o cooperativismo oficial. Há disputas que são de longo prazo.

Além de propostas legais acerca do funcionamento dos empreendimentos, é preciso disseminar leis de incentivo e fomento, nos três âmbitos da federação. Iniciativas como o PL 336/2007 do RS, que define a política estadual da ES e foi apresentado como iniciativa popular fruto da mobilização do FGEPs, são importantes para dar visibilidade e condições práticas de viabilidade aos empreendimentos.

8. Bandeira de Apoio: Formação

O tema da formação para os trabalhadores da Economia Solidária está presente como uma das principais demandas do movimento. A formação, nesse sentido, tem um *caráter técnico e político*, mas não separados, na medida em que a técnica enquanto ciência é instrumento da política. Portanto, não está apartada do objetivo estratégico de construção do novo modo de produção a que se propõe a Economia Solidária. É a partir do conceito de *autogestão* no seu sentido ampliado, ou seja, político e não restrito como uma forma apenas inovadora de gestão do empreendimento, que está o centro da questão da formação/capacitação das/os trabalhadores/as da Economia Solidária. Quando nos referimos ao *caráter político*, estamos falando, também, em seu conteúdo ideológico, ou seja, a autogestão no sentido social. Representa, assim, uma ruptura e uma revolução paradigmática, pois trata de um sistema de organização de toda a

sociedade, incluindo as instituições políticas, sociais, econômicas e produtivas nas quais inexistam a divisão social do trabalho e a separação entre economia e política, o Estado, o mercado e as classes sociais. De acordo com essa perspectiva, a autogestão não se resume ao limite das empresas, mas constitui-se como um projeto global de sociedade.

Nesse sentido identificamos duas faces de um mesmo processo formativo, de um lado a *formação técnica*, buscando a qualificação dos produtos da Economia Solidária, pois se buscamos competir no mercado hegemônico por produtos da indústria capitalista, os produtos da Economia Solidária necessitam de uma qualificação superior à concorrência privada. A produção em escala dos produtos de qualidade é um desafio dos empreendimentos e das redes da Economia Solidária. De outro lado, a formação em autogestão deve estar vinculada à formação político-ideológica das/os trabalhadoras/es com o sentido de compreenderem a realidade econômica em que vivem e identificando o seu papel como construtor de uma nova sociabilidade. Se, como afirmou Marx, a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante, é fundamental os trabalhadores da Economia Solidária tenham a possibilidade de construir a sua contra-ideologia, passando da atual condição de classe em si, para a *classe para si*, ou seja, adquirindo a consciência do papel revolucionário que podem desempenhar a partir de sua práxis autogestionária. Não será possível uma uniformização dos processos formativos. Diversas ONGs, entidades de apoio e universidades construíram projetos e programas de formação e capacitação que constituem uma miríade de metodologias das mais variadas. Nesse sentido qualquer tentativa de homogeneização não teria viabilidade. Por isso, entendemos que central para o movimento da Economia Solidária é construir processos formativos com ênfase na formação político-ideológica dos trabalhadores.

9. Por um Fórum Brasileiro de Economia Solidária Representativo, Democrático, Participativo e Combativo ao Lado das/os Trabalhadoras/es

A categoria sociedade civil foi historicamente entendida como esfera da constituição da política, em contraponto à barbárie e à determinação do mercado sobre a vida das pessoas. A ideia contemporânea de sociedade civil estabelece uma contraposição em relação não somente ao Estado, mas também ao mercado. Ao contrário do primeiro, guiado pela lógica do poder sustentado pela violência institucionalizada, e do segundo, movido pela lógica da competição para obtenção do lucro, a sociedade civil vislumbraria a possibilidade de construção de uma outra racionalidade ética, tendo como objetivo final a busca da justiça social.

Todavia a busca dessa racionalidade ética e da justiça social não está isenta de disputas ideológicas e conflitos de classe, dado que a desigualdade é a característica básica da sociedade capitalista. É nesse contexto social que surge a categoria *movimento social*, compreendida como ação coletiva de resistência dos setores explorados. Assim como o próprio sistema no qual estão inseridos, os movimentos sociais passaram por transformações ao longo da história, tanto em relação aos seus atores como em relação às pautas ou projetos que os unificam.

Se no século XIX o movimento social era sinônimo de movimento operário, identificado pelo sindicalismo, já nos anos 60 do século XX é possível verificar o surgimento de outros movimentos espontâneos que agitaram a Europa, principalmente a

partir da desmistificação dos regimes socialistas do Leste Europeu. Em contraposição ao tradicional movimento operário, surgiram os “*novos movimentos sociais*”, caracterizados pela diversidade, formado por negros, mulheres, ambientalistas. Pessoas que antes não compunham a cena política tornam-se sujeitos, afirmando seus direitos e ganhando visibilidade pública.

Na América Latina, os *novos movimentos sociais* surgem no contexto do enfrentamento aos regimes militares. Formaram-se com base nas associações de bairro, grupos de moradores, clubes de mães, comunidades eclesiais de base, ou seja, atores organizados de forma autônoma, independente de partidos políticos. Esses movimentos sociais afirmavam novas identidades, baseadas nas carências econômicas e sociais comuns.

Na década de 1990, passado o processo de redemocratização formal do sistema político na América Latina, os movimentos sociais atravessaram um período de mudanças tanto nas suas pautas como na sua organização. Na configuração de suas pautas agregam fortemente ação de enfrentamento ao desemprego, além das demandas por saúde, educação e moradia. Em relação a sua organização, passam a formas racionalmente profissionalizadas e institucionalizadas cujo exemplo mais significativo são as denominadas Ongs, organizações não-governamentais¹.

No que tange ao tema do enfrentamento ao desemprego, ressurgem as iniciativas auto-organizadas no campo econômico a partir de empreendimentos econômicos solidários, sobretudo, empresas de natureza cooperativista e associativista, em grande parte apoiadas por ONGs. Essa forma de organização da produção e do trabalho ganha a denominação corrente de *Economia Solidária*. As formas assumidas por essa *outra economia* variam de acordo com as diferentes regiões e países: de cooperativas de produção e prestação de serviços, passando por bancos populares, clubes de trocas e empresas recuperadas autogestionárias na América Latina, até as cooperativas sociais, empresas sociais ou sistemas de trocas sociais, em países Europeus.

O que demarca essa *nova economia* é sua origem de classe, basicamente composta por trabalhadoras/es desempregadas/os, e sua caracterização como empreendimento coletivo, organizado a partir de princípios como a autogestão, a solidariedade, a equidade, liberdade e democracia nas relações de produção e organização do trabalho.

São princípios antagônicos ao capitalismo e, portanto, têm um potencial de crítica prática a própria sociabilidade capitalista orientada pelos valores da competição do individualismo e da acumulação privada de capital a qualquer custo. Nesse sentido, a Economia Solidária, na América Latina e no Brasil em particular, adquiriu um forte sentido de *práxis* anticapitalista inserida no contexto das novas formas e movimentos sociais e coletivos que tiveram no Fórum Social Mundial a expressão mais clara do seu significado, ou seja, práticas contra-hegemônicas nos campos econômico, social e político que se contrapõem a lógica dominante.

A partir desse contexto, rapidamente a vanguarda da Economia Solidária, ou seja, os novos atores que assumiram a direção do processo *organizativo-político*, principalmente as ONGs, criam espaços de articulação e mobilização em torno desse tema. Os *fóruns* de Economia Solidária e as *redes* constituídas representam essas formas de auto-organização que vêm crescendo tanto em mobilização social quanto em força

¹ O termo Ong tornou-se conhecido na América Latina, sobretudo após a ECO92, encontro que reuniu no Rio de Janeiro vários chefes de estado e atores sociais para discutir as questões ambientais do planeta. Esse termo foi importado de agências internacionais de financiamento, caracterizando entidades responsáveis pela organização da educação de base. O caráter sem fins lucrativos é comum na designação das ONGs.

política junto aos poderes públicos e a sociedade, não só em âmbito nacional como internacional, na medida em que várias redes se estruturam como articulações supranacionais.

Portanto, o debate sobre as possibilidades da Economia Solidária, enquanto *ação coletiva*, vir a constituir-se como um *movimento social* ou sua inserção nos atuais *movimentos sociais* de caráter anticapitalista é uma questão chave para o processo de construção dessa nova economia.

Em virtude do crescimento contínuo da Economia Solidária no Brasil, que conforme mapeamento realizado recentemente pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Governo Federal são quase duas milhões de pessoas que vivem e trabalham em empreendimentos econômicos solidários no Brasil, é fundamental que o movimento da Economia Solidária, ou seja, seus espaços organizativos-políticos, sejam fóruns, redes, entidades, consigam construir estratégias comuns que visem à organização dos amplos setores que, mesmo que pratiquem a Economia Solidária, não têm uma identidade que lhe permita uma ação unificada enquanto classe. Quando nos referimos à classe, estamos falando em classe trabalhadora, a diferença está em que não é classe assalariada, mas sim de livres produtores associados. Nesse sentido, a integração nas lutas da Economia Solidária de segmentos como as comunidades remanescentes de quilombos, com sua especificidade cultural e histórica, as/os trabalhadoras/es da reciclagem, e as/os desempregadas/os que se organizam em grupos de geração de renda constituem uma necessidade para o fortalecimento da Economia Solidária. Portanto, o conteúdo democrático, participativo e socializante da práxis da Economia Solidária deve se dar também na sua organização política, ou seja, os espaços de articulação como os fóruns não podem restringir a participação dos grupos e entidades que já fazem parte da recente história da Economia Solidária no Brasil. Manter o respeito à autonomia dos outros movimentos sociais e incorporá-los à luta por outra economia deve ser a estratégia central do FBES.

Além das/os trabalhadoras/es autogestionários, a Economia Solidária envolve diretamente um conjunto de ONGs, instituições de ensino, entidades governamentais que participam dessas estruturas político-organizativas como os *fóruns* e *redes* de Economia Solidária. Em função da capilaridade no Brasil, os fóruns estão organizados nos 27 estados da federação, e dos diversos setores sociais integrados, nos permite identificar um processo inovador de mobilização social.

A abrangência dessa *nova economia* e a diversidade de atores sociais que nelas se integram conformam estratégias de lutas a partir de movimentos sociais de novo tipo. A Economia Solidária caracteriza-se pela diversidade, são trabalhadoras/es desempregadas/os, recicladores, mulheres, juventudes rurais e urbanas, comunidades quilombolas, indígenas, as diversas entidades de fomento e apoio, em sua maioria Ongs, que se organizam em espaços de articulação como os fóruns e redes. Esses são espaços de articulação político-organizativo que reúnem os diferentes segmentos e atores sociais identificados com o tema da Economia Solidária.

O *fórum* constitui-se de um espaço de reunião de atores, num sentido ampliado, pois permite a participação de representantes de instituições públicas do Estado. Ao mesmo tempo em que devem manter sua autonomia enquanto espaço de atores da sociedade civil, os fóruns possibilitam uma relação de interdependência com os poderes públicos.

O reconhecimento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária como legítimo interlocutor das demandas da Economia Solidária no Brasil junto aos poderes públicos, principalmente a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, tem fortalecido

este *espaço organizativo-político*, assim como garantido sua legitimidade como “direção” da Economia Solidária no Brasil. Isto, entretanto, não pode constituir-se em um processo restritivo às legítimas demandas de outros movimentos sociais que incluem em sua pauta o tema da Economia Solidária. Ou seja, entendemos que o FBES é um dos instrumentos que os trabalhadores construíram para a organização e luta em torno das demandas construídas pelo movimento da Economia Solidária, mas não o único.

Foi a partir da criação do GT brasileiro de Economia Solidária no âmbito do primeiro FSM em 2001 que teve início a articulação de entidades e novos atores que viriam a protagonizar a criação do FBES: o GT brasileiro constituiu-se por organizações e redes de uma diversidade de práticas complexas, igreja, bases populares, bases sindicais, universidades, movimentos sociais populares, práticas governamentais, práticas de apoio ao crédito, práticas de redes de informação, vínculos às bases nacionais, vínculos às redes internacionais.

No ano de 2002, foi realizada a I Plenária Nacional de Economia Solidária, na qual se iniciou o debate em torno de uma plataforma para a Economia Solidária. Esse também foi o ano da vitória eleitoral que conduziu Lula e o PT ao governo federal. A plenária elabora uma carta ao presidente propondo que o novo governo crie uma política pública nacional para o setor. No FSM de 2003 é realizada a II Plenária Nacional, na qual são definidos os contornos de um Fórum Nacional de Economia Solidária. No mesmo fórum é anunciada a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES.

O FBES foi criado durante a III Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília no mês de junho de 2003. Mais de 800 representantes, de 18 estados que haviam realizado plenárias estaduais, estiveram presentes naquele evento. O objetivo do FBES é articular e mobilizar as bases da Economia Solidária em todo país e de realizar a interlocução junto ao governo federal, a outros movimentos sociais e a organizações internacionais, em nome da Economia Solidária.

Esse processo contou, desde o início, com um forte apoio da SENAES, decisivo para a constituição de fóruns estaduais nas 27 unidades da federação. Em alguns estados, onde já havia um processo maior de organização, os fóruns estaduais estimularam e apoiaram a construção de fóruns regionais e municipais (locais) .

Desde a criação da SENAES, em junho de 2003, foram instituídas um conjunto de políticas públicas que buscaram responder às demandas da Economia Solidária. Vale destacar que a criação destas políticas, assim como da própria secretaria nacional, foram consequência de um estreito diálogo com as demandas do movimento da Economia Solidária, trazidas pelo FBES e que ficou conhecido como *plataforma da Economia Solidária*.²

Essa plataforma contém um conjunto de eixos, ou demandas da Economia Solidária: finanças solidárias, com a proposição de criação de um fundo nacional para os empreendimentos; marco legal, com a criação de legislação específica para a Economia Solidária e também reformas na legislação tributária, previdenciária, fiscal e das licitações; educação, voltada para incorporação dos princípios da Economia Solidária nos diferentes níveis de ensino; comunicação; redes de produção, comercialização e consumo; democratização do conhecimento e tecnologia e organização social da Economia Solidária. Nesse ponto propuseram-se a criação da Secretaria Nacional e do Conselho Nacional de Economia Solidária.

² Essa plataforma encontra-se sistematizada na publicação *Fórum Brasileiro de Economia Solidária- A experiência de gestão e organização da Movimento de Economia Solidária no Brasil*, lançada em janeiro de 2006 e no livro *Ação Pública e economia Solidária. Uma perspectiva internacional*, editora da UFRGS, 2006, pp 75-87

Antes de completar um ano de existência da SENAES, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, com apoio da secretaria, organizou, no ano de 2004, o 1º *Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária*, que reuniu, em Brasília, mais de dois mil representantes de empreendimentos solidários. Neste evento, sob o título de “*Uma Outra Economia Acontece*”, reuniram-se trabalhadoras/es da Economia Solidária de todo o país.

Na esteira do processo iniciado com o encontro de 2004, realizou-se, em 2006, a I *Conferência Nacional de Economia Solidária*. Organizada e coordenada pela SENAES e apoiada pelo FBES, contou com a representação de entidades, empreendimentos solidários, movimentos sociais e gestores públicos de todo o território brasileiro. O tema da Conferência, *Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento*, foi o reflexo da relação dialética entre as concepções do governo sobre o tema e as construções oriundas do movimento.

Na ocasião foram discutidas diretrizes para as políticas de apoio e fomento à Economia Solidária no país. A Conferência Nacional teve a presença de 1.073 delegadas/os escolhidos nas Conferências Estaduais, realizadas nos 27 Estados da Federação. No todo estiveram envolvidas no processo 17 mil pessoas, representando os segmentos que participam, de alguma forma, da Economia Solidária como os trabalhadores dos empreendimentos (cooperativas, associações de produtores, empresas recuperadas); os técnicos e assessores de ONGs, movimentos sociais e gestores públicos.³

O processo da Conferência culminou com a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária, no mesmo ano, aprofundando o processo de relações entre Estado e sociedade em nosso âmbito. A constituição do Conselho é uma das demandas mais importantes, no sentido de iniciar o processo de institucionalização das políticas públicas.

Entendemos que o FBES precisa contemplar fundamentalmente a representatividade e a pluralidade na sua composição, entendendo estas dimensões como bases reais nos estados que tem organização política da Economia Solidária. Ou seja, os fóruns estaduais necessariamente precisam estar representados no pleno do Fórum Brasileiro, através de seus empreendimentos, majoritariamente, e entidades de apoio e/ou movimentos sociais. Atualmente a composição do FBES e da Secretaria Executiva não contempla a representatividade dos estados e tão pouco dos empreendimentos, sendo em grande maioria compostas por ONG's identificadas como de abrangência nacional e entidades de representação que não mantêm relação orgânica com os atores locais. A participação democrática e a representatividade precisam considerar as diferenças locais, a identidade cultural e política, bem como as articulações e organizações estaduais. Os debates e encaminhamentos do FBES precisam contemplar estratégias econômicas e políticas reais para o desenvolvimento da Economia Solidária, dos empreendimentos e das políticas públicas voltadas para o setor e não apenas servir de instrumento de captação de recursos que sustentam o próprio FBES e as entidades que o compõem. Sua organização deve estar voltada à implantação do Programa de Desenvolvimento Democrático e Socialista, articulado em Câmaras Setoriais Solidárias, onde as/os trabalhadoras/os identifiquem-se no processo produtivo e de formação política e técnica da autogestão. Assim, o FBES e os fóruns estaduais e locais podem impulsionar um movimento social de dupla face, econômica e política, na construção de uma nova economia, em conjunto com alianças sociais.

Ao negar a economia capitalista, a Economia Solidária busca superar todos os

3Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego/SENAES. Outubro de 2006.

métodos de opressão, submissão, cooptação, legitimação, mercantilização e tantas outras formas ditas "naturais" de pensar o desenvolvimento capitalista a partir da exploração humana. A superação da economia de mercado perpassa o debate e o reconhecimento de temas transversais que de fato possam construir coletivamente uma práxis capaz de inverter a lógica do capital. Dessa forma, a luta anticapitalista é uma bandeira política capaz de agregar temas transversais, como mulheres, raça/etnia, reforma agrária, catadores, luta pela moradia, desempregados/as entre outros. Compreendemos que os movimentos sociais são um importante agente de transformação e de luta e que precisam estar representados junto ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Contemplar os movimentos sociais que discutem a organização do trabalho pelo viés da Economia Solidária e da autogestão garante maior representatividade e transversalidade no debate e na agenda política.

No que tange a organização e estrutura do FBES, é preciso ter nitidez acerca da função que a sociedade civil organizada tem frente ao Estado ou governo. Dessa forma, entendemos que o FBES, através da sua secretaria executiva, deve ser autônomo em relação ao Estado, sem qualquer tipo de dependência financeira e/ou política com órgãos de governo. A autonomia da sociedade civil organizada garante a imparcialidade, a participação democrática e horizontalidade entre os segmentos que compõem o FBES: empreendimentos, entidades de apoio, gestores públicos e movimentos sociais.

O FBES teve ter uma lógica de funcionamento horizontal, a partir da estruturação como rede de articulação com os Estados e não uma estrutura vertical em que no topo da pirâmide estão as entidades de caráter nacional, muitas sem representação em diversos estados, e na base um grande número de entidades regionais, locais e empreendimentos econômicos solidários com pouquíssimo ou nenhum poder de participação e influência nas decisões de cúpula do FBES.

A estrutura horizontal permite dialogar com as bases de forma democrática ao garantir a autonomia político-organizativa de cada espaço geográfico onde existam iniciativas de Economia Solidária. Mantendo a unidade de ação a partir da plataforma de lutas construída pelo movimento, ou seja, o FBES deve constituir-se como um articulador e fomentador da auto-organização das/os trabalhadoras/es na base e não um "comitê central" cuja tarefa se resume a "definir políticas para a base e dialogar com os poderes públicos".

Nesse sentido, deve-se reformular a Secretaria Executiva do FBES, cujo papel hoje se confunde com ações de caráter político e administrativo por parte dos quadros liberados. Compreendemos que os quadros administrativos devem restringir-se a cumprir as tarefas administrativas como fluxo de informações, documentos, contatos com a base etc., não devendo atuar no campo das definições e articulações políticas. Este deve ser o papel de um Conselho Nacional do FBES formado por representantes dos Estados. É neste Conselho Nacional do FBES que devemos buscar a maior pluralidade e democracia, a partir da representatividade da diversidade da Economia Solidária.

Tanto a plataforma da Economia Solidária como as resoluções da 1ª Conferência Nacional constituem os documentos políticos que devem balizar e unificar as ações do movimento da Economia Solidária. A identificação com esses dois instrumentos é a condição para a ação e integração no FBES.

Uma estrutura horizontal, democrática, participativa e fundamentalmente autogestionária, diferente da tradição de verticalização e hierarquização dos movimentos sociais do século XX (sindicatos, associações de moradores, igrejas) possibilitará uma renovação e oxigenação da ação coletiva dos trabalhadoras/es. Além de possibilitar um exercício de práxis política autogestionária em sua essência, o FBES pode inaugurar uma

nova forma de relação com o poder público. Ao invés de uma lógica baseada na “balcanização”, ou seja, de um Estado identificado como um balcão de demandas de grupos corporativos, a Economia Solidária propõe a construção de um projeto nacional de desenvolvimento a partir de novas bases econômicas, culturais e políticas.

A estrutura organizativa-política da Economia Solidária deve representar a sua concepção de sociedade. É aí que reside o tema central das discussões que devem pautar a IV Plenária Nacional, ou seja, o caráter do movimento da Economia Solidária. Nesse sentido, nos posicionamos inequivocamente na defesa de um movimento anticapitalista e de caráter socialista. A estratégia que defendemos é avançar no sentido desse caráter. Isso pressupõe, até mesmo, uma busca por maior nitidez e definição ao termo *solidário*, utilizado também de forma indiscriminada pelo capitalismo.

Sendo assim, nos propomos a avançar na concepção de uma *economia socialista* como projeto estratégico para o desenvolvimento, que responda as demandas históricas das grandes massas de explorados do capitalismo.